



CONTRATO
Nº 160/2018

O **MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO** inscrito no CNPJ sob o nº18.128.231/0001-40, com sede na cidade de Senador Firmino, na Praça Raimundo Carneiro, nº48, centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ANTÔNIO DONIZETI DURSO**, inscrito no CPF sob o nº. 691.940.926-72, RG M-4846558, domiciliado e residente nesta cidade de Senador Firmino – MG, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, de outro lado, **LOENARDO MIRANDA DA SILVA**, brasileiro, engenheiro de Minas, portador da cédula de identidade nº MG 17200506, SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 110.396.406-21, nascido em 04/12/1990, inscrito no CREA-MG 0000224998LP, registro 04.9.0000224998, residente e domiciliado na rua Antônio H Oliveira, nº 565, Cs, Centro, Brás Pires-MG, CEP 36542-000, doravante denominado de **CONTRATADO**, ajustam entre si **CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO de prestação de serviços**, por excepcional interesse público, mediante as seguintes cláusulas e condições:

FUNDAMENTO LEGAL:

O presente contrato decorre se enquadra na hipótese de dispensa de licitação nos termos do art.24, I c/c art.23, I, "a" todos da Lei 8.666/93, para contratação em regime de urgência em virtude da necessidade emergencial de contratação da prestação de serviço para liberação junto aos órgãos ambientais, tendo em vista que, a manutenção das estradas vicinais, e reger-se-á pelas disposições do Art. 593 e ss da Lei 10.406/2002 (Código Civil), e supletivamente pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem vínculo empregatício.

Cabendo informar que a contratação feita no contrato 055/2018, onde foi contratado o Sr. Jorge Luiz Oliveira da Silva, houve parcial cumprimento, tendo em vista o Sr. Jorge possuir pendências junta a Receita Federal, o que não permitiu a manutenção da contratação.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O objeto do presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO de prestação de serviços**, por excepcional interesse público para confecção do plano de lavras, elaborando a para apresentação junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, para a regulamentação da extração de cascalho para a municipalidade realizar manutenção nas estradas vicinais de Senador Firmino/MG, obra que se faz crucial tendo em vista o período das chuvas que se aproximam o que confere a realização do serviço o status de interesse público.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

I – Pela execução dos serviços previstos na cláusula PRIMEIRA o Município, ora **CONTRATANTE**, pagará ao **CONTRATADO**, o valor estimado em R\$



3.000,00 (três mil reais), desde que tenha atingindo 100% (cem por cento) de sua produção.

Parágrafo Único - O pagamento será efetuado em uma única parcela após a realização dos serviços, mediante a emissão e apresentação da correspondente Nota Fiscal, no Setor da Tesouraria da Contratante, do valor serão deduzidos os encargos fiscais nos termos da legislação vigente. O pagamento será realizado mediante depósito na Conta corrente de titularidade do Contratado de nº 0006726-1, agência 1264-5, Banco Bradesco.

O setor financeiro foi consultado a respeito da disponibilidade financeira para fazer frente à esta contratação, respondendo positivamente.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá validade de trinta dias após a assinatura do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – DO CONTRATANTE:

I– Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto deste Contrato, visando obter os melhores resultados na prestação dos serviços;

II – Designar um servidor do seu quadro de pessoal, para representá-lo no acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados;

III – Notificar a CONTRATADA, por escrito, por meio de fax, correio ou e-mail, a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, estabelecendo, quando for o caso, prazo para a sua regularização.

IV – Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso registrar, em relatório, as deficiências porventura existentes na prestação dos serviços, encaminhando cópia do mesmo à CONTRATADA, para a correção das irregularidades apontadas no prazo prescrito.

V – A existência de fiscalização, pelo CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre os serviços contratados e pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros.

II-DO CONTRATADO:

I. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

II. Observar os critérios para prestação dos serviços e as demais obrigações dispostos neste instrumento;

III. Responsabilizar-se por todos os materiais e ferramentas necessários à execução dos serviços, bem como pelo seu pessoal;

IV. Contar com equipe de profissionais especializados, para a prestação dos serviços contratados e em número suficiente para atendimento dos serviços sem interrupção, por conta do contratado, se fizer necessário. Sendo de total responsabilidade



do Contratado os custos e encargos desta eventual contratação, inclusive verbas trabalhistas, INSS, FGTS, etc.;

V. Indicar o nome do seu preposto/representante legal que será o contato usual para equacionar os eventuais problemas relativos à prestação dos serviços;

VI. Fornecer e manter atualizado o endereço postal e eletrônico, bem como o número de telefone/fax, para que o CONTRATANTE mantenha os contatos necessários;

VII. Atender às solicitações e determinações do CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados do recebimento da comunicação, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços;

VIII. Providenciar a regularização de pendências e/ou impropriedades ocorridas na prestação dos serviços, apontadas pelos servidores designados para fiscalizar a execução do Contrato, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contados do recebimento da comunicação;

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

Pelo descumprimento total ou parcial das condições pactuadas, o Contratante aplicará as sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº8666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível.

Parágrafo Primeiro- A recusa injustificada da Contratada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pelo Contratante, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o adjudicatário a todas as penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº8666/93, bem como rescisão do próprio contrato.

Parágrafo Segundo- Em caso de atraso injustificado na execução do presente contrato por parte da Contratada, estará ela sujeita a multa moratória de 10% (dez por cento) do valor total da contratação, na forma prevista no artigo 86 da Lei Federal nº8666/93, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, podendo a administração, a seu critério, rescindir o presente contrato na forma dos artigos 77 e 86 1º da mesma lei.

Parágrafo Terceiro- Fica desde já estabelecido que em caso de descumprimento ou inexecução total ou parcial do presente contrato por parte da Contratada, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação, na forma do artigo 87, inciso II da Lei nº8666/93, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, inclusive, podendo a administração, a seu critério, rescindir o presente contrato na forma dos artigos 77 e 86, §1º da mesma lei.

Parágrafo Quarto- As penalidades de advertência e multa, incluída a de mora, serão aplicadas de ofício.

Parágrafo Quinto- O Contratante notificará extrajudicialmente a Contratada a partir da constatação do atraso injustificado ou da não entrega do objeto licitado.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78, combinado com os artigos 79 e 80 da Lei Federal nº8666/93, por ambas as partes, bem como por ato unilateral do Contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem que caiba direito à indenização, nas hipóteses previstas na Lei nº8666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO



As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Senador Firmino – MG para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato, para a solução de quaisquer questões judiciais resultantes do presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – Da Dispensa Do Reconhecimento De Firmas

I – Este termo de contrato para prestação de serviços é regido em todos os seus termos, pelas normas aplicáveis à espécie, esgotando seus efeitos tanto que satisfeitas mutuamente as obrigações das partes.

II – Dispensam-se reciprocamente as partes o reconhecimento de firma no presente instrumento, reconhecendo como verdadeiras as assinaturas apostas no presente instrumento;

III – E para a firmeza e como prova de assim haverem acordado e contratado, fizeram este instrumento particular, impresso em 2 (duas) vias de igual teor e forma e conteúdo, assinado pelas partes contratantes abaixo, a tudo presentes por duas testemunhas.

E, por estarem justas as partes firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

SENADOR FIRMINO – MG, 02 DE OUTUBRO DE 2018.



ANTONIO DONIZETI DURSO
PREFEITO MUNICIPAL



LOENARDO MIRANDA DA SILVA
CPF nº 110.396.406-21

Testemunhas:

Ass.:

Nome:

CPF: 025.996.316-90

Ass.:

Nome:

CPF: 077.968.106-61

